



num. 392/2.001
at. 1º de 1999

ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Parintins

PROCURADORIA

LEI Nº 011/99 - PGPMP

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PARINTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Cidadão **HERALDO FARIAS MAIA**, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.,

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Ordinária realizada dia 17 de agosto de 1999 - **APROVOU** e eu sanciono a seguinte:

L E I

Art. 1º - Fica Criado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar **COMAE**, Órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento de caráter permanente, de âmbito municipal, para atuar nas questões referentes a municipalização da merenda escolar.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- I. - Fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados a merenda escolar;
- II. - Elaborar o Regimento Interno do COMAE;
- III. - Participar da elaboração dos cardápios dos Programas de Merenda Escolar, respeitando os hábitos alimentares da localidade, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos "in natura";
- IV. - Promover a integração de instituições agentes da comunidade e órgãos públicos a fim de auxiliar a equipe da Prefeitura Municipal, responsável pela execução do Programa de Merenda Escolar, quanto ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação da prestação dos serviços da merenda escolar;
- V. - Realizar estudos e pesquisas de impacto da merenda escolar, entre outros de interesse deste programa;
- VI. - Acompanhar e avaliar o serviço da merenda escolar nas escolas;
- VII. - Apreciar e votar em Sessão aberta ao público, o Plano de Ação da Prefeitura sobre a gestão do Programa da Merenda Escolar, no início do exercício letivo e a prestação de contas anual a ser apresentada ao Órgão Concedente (FNDE) ao final do exercício;
- VIII. - Colaborar na apuração de denúncias sobre irregularidades no Programa de Merenda Escolar, mediante encaminhamento à



ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Parintins

PROCURADORIA

Instância competente, para apuração dos eventuais casos de que venham tomar conhecimento;

- IX. - Apresentar à Prefeitura Municipal, propostas de recomendações de como deve ser prestados os serviços de merenda escolar no Município, adequando a realidade local e as diretrizes de atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;
- X. - Divulgar a atuação do COMAE, como organismo de controle social e de apoio à gestão municipalizada do Programa de Merenda Escolar;
- XI. - Zelar pela efetivação e consolidação da descentralização do Programa da Merenda Escolar, no âmbito do Município.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE será constituído de 7(SETE) membros, terá a seguinte composição:

- I. - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II. - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III. - Um representante de Professores;
- IV. - Um representante de Pais e Alunos;
- V. - Um representante de Entidade Civil;
- VI. - Um representante do Ensino Rural no Município;
- VII. - Um representante da Unidade Educacional da rede Estadual

de Ensino.

§ 1º - Cada membro titular terá suplente da mesma categoria representada.

§ 2º - Os representantes do Governo Municipal será livre escolha do Prefeito.

§ 3º - A indicação de representantes de Entidade Civil é privativa das respectivas bases, entidades ou segmentos sociais;

§ 4º - O presidente do COMAE será definido em reunião prévia ao Decreto de nomeação dos seus membros.

§ 5º - A nomeação dos membros do COMAE será formalizada por ato do Executivo Municipal.

Art. 4º - O exercício do mandato do Conselho, é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

Art. 5º - Os conselheiros que faltarem, sem justificativa a 3(três) reuniões consecutivas ou 5(cinco) reuniões intercaladas, serão excluídos do COMAE e substituídos pelos respectivos suplentes.



ESTADO DO AMAZONAS

Prefeitura Municipal de Parintins

PROCURADORIA

Art. 6º - Os membros do COMAE terão mandato de 2(dois) anos, permitida a recondução pelo mesmo período e por uma única vez.

Art. 7º - O COMAE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente na forma do que dispôr seu regimento interno.

§ 1º - Todas as reuniões do COMAE serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

§ 2º - As resoluções do COMAE, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 8º - O Regimento Interno do COMAE, será elaborado e aprovado pelos seus membros, no prazo de 60(sessenta) dias após a promulgação desta lei e deverá conotar:

- I. - Sobre reuniões: forma de convocação, periodicidade, prazo para convocação, quorum para instalação das reuniões e das votações;
- II. - Procedimento para as sessões e votações;
- III. - Sobre os membros: composição por categoria, competências, substituições, faltas e exclusões, prazo dos mandatos;
- IV. - Forma de exercício da Presidência.

Art. 9º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir Crédito Especial para cobrir as despesas de instalação e funcionamento do COMAE, especialmente aquelas relacionadas a convocações e divulgação.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 1999, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Cordovil em, 25 de agosto de 1999.

Heraldo Farias Maia
PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS